

## Perspectiva sobre memória e organização na contemporaneidade

Daniele Achilles / 2016

Palestra ministrada no dia 18 de agosto de 2016.

Para falar sobre as perspectivas sobre a memória e a organização na contemporaneidade, é necessário entendermos 3 termos/conceitos:

1. Memória: 1. Capacidade ou faculdade que possibilita as pessoas lembrarem de algo. 2. O registro, a lembrança daquilo do que se lembra. 3. Homenagem a algo ou alguém pela evocação de sua lembrança. (AULETE, 2009, p. 528).
2. Organização: 1. Ação ou resultado de organizar-se. 2. Maneira pela qual um ser vivo ou um sistema se constituem ou se organizam. 3. Conjunto de regras e funções com o objetivo de arrumar, planejar ou administrar algo. (AULETE, 2009, p. 578).
3. Contemporaneidade: 1. Que se pertence à época ou momento atual. (AULETE, 2009, p. 201).

**Que relações podem ser feitas para que bibliotecários entendam que a organização da memória tem um sentido além de por em ordem?**

Sabemos que as bibliotecas são criadas por uma demanda social e que precisam ter alguns pré-requisitos para serem consideradas como tal. São eles:

- Intencionalidade política e social;
- Acervo;
- Organização e sistematização;
- Usuários;
- Local para sua instalação. (LEMOS, 2008, p. 101).

Basicamente, toda e qualquer biblioteca para ser criada e desenvolvida precisa desses pré-requisitos, todos concordam?

Pois bem, se considerarmos que a invenção da escrita e o desenvolvimento da leitura possibilitou como consequência social a criação de coleções, podemos dizer que foi também o mote para a que as bibliotecas fossem concebidas.

Para que fique mais claro, vamos refletir sobre um exemplo real. Pensemos em nós mesmos, em nossa memória. Ela é capaz de armazenar informações, conhecimentos, práticas, experiências, sentimentos.

Imaginemos que nossa memória é um arquivo onde registramos tudo o que acontece, tanto os fatos do consciente, quanto aqueles do inconsciente, isto é, fatos que realizamos com a nossa consciência, como os fatos que não realizamos porque somos travados por nosso senso de moral, ética, desejo, etc. Tudo isso habita nossa memória que está não só armazenada em nosso cérebro, mas também em todo o nosso corpo. Se perdermos a memória ou morrermos, tudo isso se perde, toda e qualquer possibilidade entendimento individual e singular são destruídos.

Vamos lembrar da infância .... Por que fazemos diário? Para lembrar e não mais esquecer nossas experiências e aprendizados. Então quando pensamos em memória, existem dois elementos atrelados obrigatoriamente a ela:

A lembrança – tudo aquilo que pode vir à tona, tudo aquilo que, de certa forma, podemos reviver, mesmo que seja somente a partir da imaginação;

E o esquecimento – aquilo que não revivemos, não lembramos, aquilo que se pode desfazer e ser apagado pela falha ou pela ausência da memória.

O homem passou a registrar as informações, o conhecimento e suas experiências no momento que conheceu a escrita e intensificou essa prática a partir do desenvolvimento da leitura. É claro, que isso tem um sentido que está ligado ao medo da perda do conhecimento das coisas.

Para ilustrar essa necessidade de registro e mais tarde do armazenamento deles, vou citar o primeiro parágrafo da obra: “Livros em chamas: a história da destruição sem fim das bibliotecas” de Lucien X. Polastron, publicado pela Editora José Olympio, edição brasileira de 2013, o autor afirma:

*“enriquecer a própria biblioteca é a compulsão partilhada pelos senhores do mundo e por aqueles que desejam decifrar os segredos deste mundo. Ela consiste, em todo caso, em conservar, justapor os livros, cada vez mais e até o infinito, em reunir “paralelamente”, como disse o poeta, o essencial ou o total do que foi dito, estudado ou narrado. Ao menos para contemplar a estatura assim obtida”. (POLASTRON, 2013, p. 11).*

A citação de Polastron nos diz o seguinte: construímos bibliotecas com o intuito de conhecer melhor o mundo. Quem mais conhece, melhor domina. Desde a Antiguidade, se estudarmos a história das bibliotecas, observamos que sempre o ato de colecionar estava atrelado ao desejo de manter viva uma memória que dava ao seu detentor um determinado poder informacional. Foi a partir daí que consegui idealizar essa aula refletindo sobre a memória, a organização e o poder.

Quando pensamos em memória....essa que atinge não somente o indivíduo, mas também o social, temos que obrigatoriamente refletir sobre a relação da memória com o poder, visto que a memória pode ser um instrumento de poder que acaba moldando as práticas sociais. Mas, existe um tipo de poder específico do qual queremos alertar - o poder político - que sempre pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

Esse jogo entre a lembrança e o esquecimento é um aspecto próprio da dinâmica da memória e é a partir dele que notamos como o poder político, de certa maneira, conduz o que uma sociedade inteira deve lembrar e o que ela deve esquecer. Tomamos como exemplo a situação atual em nosso país, o que devemos lembrar? São os jogos olímpicos, as medalhas conseguidas, os nomes dos atletas, enquanto que o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff deve ser praticamente esquecido? Qual o foco da mídia nesse momento? As graves questões que nos levam a esse país governado por presidente sem bom senso, ou o número de medalhas e o legado que os jogos olímpicos deixaram para o povo brasileiro que continua desempregado, sem educação, saúde e passando fome?

Existem diversos instrumentos e mecanismos de poder que induzem a fabricação de uma memória, como alerta Michel Foucault. O filósofo afirma que como as lembranças e os esquecimentos tecem a memória, eles não são simplesmente selecionados ou gerenciados pelo poder, mas são por ele fabricados (GONDAR, 2003, P. 32). Foucault vai se referir aos aspectos econômicos, políticos, culturais, informacionais, sociais para pensar a memória e ainda declara que esses aspectos são os responsáveis pelo molde que o poder insere no indivíduo e na sociedade. Esse tipo de fabricação não só da memória, mas das práticas sociais como um todo sempre está ligada a configuração social, econômica e política de uma época.

Se na Antiguidade, o poder advinha da concentração de coleções que um Rei ou Imperador armazenava em seu templo, na Idade Média, o poder estava sob custódia da igreja e da nobreza, classes que exerciam maior influência na estrutura social. Já na Idade Moderna, por diversos fatores como movimentos culturais e religiosos, desenvolvimento das tecnologias vamos acompanhar um deslocamento do poder. Ele começa a deixar de estar concentrado nas mãos de classes sociais bem definidas para começar a se espalhar pelo tecido social, é neste momento que as bibliotecas públicas, de fato, começaram a surgir e o acesso à informação e ao

conhecimento começa a ser mais democratizado. Aqui nos referimos, por exemplo, ao poder informacional que é intrínseco ao poder político.

Esse cenário nos faz lembrar de uma transição econômica deveras importante – a passagem do feudalismo para o capitalismo. E toda transição econômica sugere uma alteração dos instrumentos e mecanismos que responsáveis pelas estruturas de poder. Desse modo, observamos que quando acessamos a história, percebemos que o eixo deixa de ser o poder descentralizado, a moeda deixa de ser a troca, o acesso à informação e ao conhecimento deixa de ser restrito para que o poder comece a ser visto de forma centralizada, a moeda passa a ser o dinheiro e o acesso passa a se democratizar, mesmo antes dos sistemas democráticos de governo existirem. Na Biblioteconomia, observamos uma mudança de paradigma – saímos do acúmulo para o acesso. Logo, os modos de organização da informação e do conhecimento também se modificaram. Cabe lembrar que aqui quero defender a ideia de que a organização como área ou atividade da Biblioteconomia serve de instrumento para que os mecanismos de poder atuem sobre as coleções, influenciando assim o modo escrita, leitura, aprendizagem e aquisição do conhecimento – de produção de subjetividade.

Organizar uma coleção não é só por em ordem, completar uma estanteria, ter tudo do lugar definido, segundo as indicações classificatórias contidas nos manuais produzidos por grandes bibliotecários. Organizar é de certo modo selecionar. Quando selecionamos estamos escolhendo o que fica visível e invisível, o que pode ser lembrado e esquecido. Ao organizar uma coleção, o bibliotecário deve ter em mente que ele estará conduzido um indivíduo, um grupo ou até mesmo uma sociedade a lembrar e a esquecer. E essa ação é uma tomada de decisão política. Como dizem os filósofos, tudo que fazemos é político. Ao estabelecer a seleção das obras, da memória, o bibliotecário está influenciando na construção de subjetividade (dos modos de existência, modos de olhar, ler, andar, entender, experienciar, etc). Construir subjetividades é o mesmo que construir memória para Foucault (GONDAR, 2003, p. 32).

Essa memória além de individual é também coletiva, ou seja, na medida em que construímos uma memória e somos afetados por forças potenciais, como uma nova informação, por exemplo, nosso entendimento sobre um fato é defasado (entramos em um estado de entropia, déficit de conhecimento momentâneo) e para nos estabilizar, momento em que combinamos as informações, conhecimentos, experiências – memórias. Assim, entramos em um estado de equilíbrio momentâneo e devolvemos

para o meio uma resposta ao estímulo que nos foi dado. Quando devolvemos uma resposta estamos contribuindo para que o meio, o social absorva uma subjetividade e uma singularidade particular, a de cada um de nós, por exemplo.

Estou falando um monte de coisas para vocês. O primeiro estágio é que vocês entrem em entropia (defasagem), depois irão associar o que eu falo com as informações, conhecimentos e experiências prévias de vocês, para chegar a um entendimento momentâneo e devolver em forma de resposta essa força potencial (a minha aula) para o meio. Então, em forma de perguntas, de debates com colegas, de interesses por outros autores, etc estarão todos aqui contribuindo para a construção da memória individual e coletiva.

Guattari em consonância com o pensamento de Foucault afirma:

*“a subjetividade não se situa no campo individual; seu campo é o de todos os processos de produção social e material”*. (GONDAR, 2003, p. 31).

A subjetividade – a memória é individual e coletiva ao mesmo tempo. Quando nos referimos aos autores estruturalistas e pós-estruturalistas nossa intenção é que vocês observem que não é só o modo positivista ligado ao tratamento e organização da informação e do conhecimento que pode ser analisado, mas sim podemos refletir sobre esse aspecto a partir de uma outra visão, que não enaltece o dualismo e a oposição clara entre o um e o outro, entre o claro e o escuro, entre o certo e o errado, por exemplo. Mas, admite uma série de possibilidades que combinadas ou sobrepostas podem configurar um novo tipo de organização que não respeita as ideias binárias.

Com o capitalismo, mais especificamente no período que abrange o século XVII até a segunda metade do século XX, Foucault faz uma série de reflexões e chama esse período de sociedade disciplinar. Momento do auge do capitalismo, sistema econômico que valoriza os meios de produção, distribuição, oferta, demanda, preço e investimentos com fins lucrativos. O lucro era a nova forma de enriquecimento e status social. O capitalismo impulsionou a criação de propriedades privadas que tinham o direito de controlar o modo como eram usadas para poder atingir o mais alto lucro e assim tornava-se possível cada vez mais a acumulação do capital. Então os instrumentos que formavam os mecanismos de poder nesse período deveriam funcionar de modo que os meios de produção, a criação de produtos e serviços pudessem proporcionar fins lucrativos cada vez maiores.

Para o funcionamento dessa lógica, Foucault afirma que a disciplina, isto é, a construção de hábitos em um tempo e espaço determinado, era o mecanismo de poder mais adequado, contanto que foi implantado. Conseguimos entender melhor isso ao acessar a obra Vigiar e Punir de Foucault que descreve brilhantemente o funcionamento da lógica disciplinar a partir do exemplo das prisões. Nesse tipo de lógica o ser humano passa a pertencer a aparelhos (instituições) e a partir do sequestro (definição do sujeito no tempo e no espaço que ele ocupa) constituir-se em força de trabalho a partir da aquisição de hábitos (disciplina). O indivíduo que não respeitava esse enquadramento e produzia um desvio era punido através dos instrumentos de coerção. A disciplina como mecanismo de poder visava determinar a aquisição de comportamentos de modo a tornar os corpos dóceis, assim os lucros estavam garantidos. Uma imagem emblemática é o filme “Tempos Modernos” do Chaplin, especificamente a parte da cena da fábrica<sup>1</sup>.

O modo de organização da memória nesse período respeitou uma série de desenvolvimentos no campo da Biblioteconomia – os códigos e manuais foram desenvolvidos nesse período. Então, respeitava-se o maior *slogam* disciplinar “cada coisa em seu lugar”. Na sociedade denominada por Foucault de disciplinar observamos o assujeitamento que o poder hierárquico e binário... positivista tinha sobre o indivíduo. Nesse período tudo era feito a partir da valorização de dois polos: certo e errado, claro ou escuro, sim e não, etc. E a subjetividade humana moldada a partir desse modelo, isto é, eram moldadas, fixas e delimitadas... controladas. Segundo Gondar (2003, p. 36):

*[...] através de marcações no espaço e no tempo, através do estabelecimento de fronteiras e hierarquias, criavam-se as individualidades, e esses indivíduos eram ligados a identidades determinadas. Assim, a produção de subjetividade nas sociedades disciplinares se efetuava pela fixação de uma identidade através da qual se poderia adestrar, docilizar e extrair a máxima utilidade dos indivíduos. Foucault nos aponta, portanto, que o indivíduo é um efeito do poder de assujeitar e de ordenar multiplicidades humanas que teria vigorado num período específico.*

Mais tarde, depois da segunda metade do século XX em diante o capitalismo vai sofrer uma transição, isto é, vai se intensificar e passar a capitalismo globalizado. A partir da observação desse fato, Foucault vai

---

<sup>1</sup> Tempos Modernos – disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KPgxcAt-zYo>. Acesso em: 17 ago. 2016.

nomear essa nova lógica de sociedade de regulamentação e em seguida Gilles Deleuze vai nomeá-la de sociedade de controle.

A lógica disciplinar entra em crise, isso se deve ao “desmoronamento” dos muros que antes delimitavam as instituições e isso faz com que a disciplina enquanto mecanismo do poder torne-se ineficaz para controlar os indivíduos e moldar suas subjetividades. Então, os moldes binários, de dentro e fora, por exemplo, passaram a se desestruturar e as diferenciações entre o um e o outro, entre o público e o privado passam a se misturar, resultado da fluidez das relações em todos os níveis que começaram a aparecer. O processo de fluidez no campo social marca uma nova lógica – a do controle que toma, de certa forma, o da disciplina. A sociedade de controle será marcada não mais por uma hierarquização rígida, mas por uma nova forma de hierarquia que não é vertical, mas sim horizontal, onde as informações e relações se cruzam como em uma trama de uma rede. A isso Deleuze chama de rizoma, logo a lógica passa de hierárquica à rizomática.

Se antes o poder estava dispersos entre as instituições, na sociedade de controle ele se torna ilocalizável, horizontal e impessoal. Para capturar e moldar as subjetividades, as instâncias do poder se dissolvem não mais entre as instituições, mas entre os indivíduos. Nicolaci da Costa (2004, p.83) declara:

*A globalização, as comunicações eletrônicas, a mobilidade, a flexibilidade, a fluidez, a relativização, os pequenos relatos, a fragmentação, as rupturas de fronteiras e barreiras, as fusões, o curto prazo, o imediatismo, a descentralização e a extraterritorialidade do poder, a imprevisibilidade do consumo [marcam as sociedades de controle].*

É no bojo dessas transformações que uma emergência pela memória ressurge. Numa sociedade marcada por inúmeras crises “um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas das sociedades ocidentais” (HUYSEN, 2000, p. 9). Os discursos sobre memória também emergem, principalmente no final da década de 1960, é como se observássemos o crescente poder da cultura da memória. Isso se deve a proliferação das crises, principalmente por conta das mudanças impactantes dos modos de narrativas.

Até o século XIX observamos o poder da tradição oral para que o homem pudesse se comunicar, no século XX presenciamos o aparecimento do romance que focalizava o indivíduo isolado e do final do século XX para o

século XXI assistimos a propagação cada dia maior de informações pontuais que nos atinge a todo instante. Então como manter nossa memória? Como lembrar coisas importantes? O medo da perda de memória fez emergir essa política de memória e isso afeta diretamente as bibliotecas e seus modos de organização. Em meio ao caos informacional da contemporaneidade e atingido pelos mecanismos da disciplina e controle ao mesmo tempo como manteremos nossa memória livre do assujeitamento? Esse é uma questão que eu deixo a vocês. Mas gostaria de deixar algumas palavras de Hardt e Negri (2016, p.7) sobre o mundo em que vivemos:

*Guerra, sofrimento, miséria e exploração cada vez mais caracterizam nosso mundo globalizado. São tantas razões para buscar refúgio num reino “fora”, em algum lugar separado da disciplina e do controle do Império emergente ou mesmo com certos princípios e valores transcendentais ou transcendentais que possam orientar nossa vida e fundamentar nossa ação política. Um dos efeitos básicos da globalização, contudo, é a criação de um mundo comum, um mundo que, para o bem ou para o mal, todos compartilhamos, um mundo que não tem um “fora”. Fazendo eco aos niilistas, temos de reconhecer que, não importa o quão brilhante ou contundentemente o criticemos, estamos fadados a viver neste mundo, não só submetidos a seus poderes de dominação como contaminados por suas corrupções. Abandonar todos os sonhos de pureza política e “valores elevados” que nos permitissem continuar de fora! Mas esse reconhecimento niilista deve ser apenas uma ferramenta, um ponto de passagem em direção à construção de um projeto alternativo. .... Pensemos no devir-príncipe que é o processo em que a multidão [do novo Império] aprende a arte do autogoverno e inventa formas democráticas duradouras de organização social.*